

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.804 - SC (2018/0169170-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRENTE** : REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS S/A  
**ADVOGADOS** : RYCHARDE FARAH E OUTRO(S) - SC010032  
CAROLINA SENA VIEIRA - SC019710  
MARIA EDUARDA BORGES CARDOSO - SC044830  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de recursos especiais interpostos pela FAZENDA NACIONAL e pela REUNIDAS TRANSPORTADORA RODOVIÁRIA DE CARGAS S.A. – em Recuperação Judicial contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS DE ALIENAÇÃO. LIMITAÇÕES. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.

Nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei nº 11.101/05, as execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial. Todavia, são vedados os atos judiciais que importem a redução do patrimônio da empresa, ou exclua parte dele do processo de recuperação, sob pena de comprometer, de forma significativa, a sobrevivência desta.

Em ambos os recursos especiais, alega-se, entre outros argumentos, violação dos arts. 187 e 191-A, do CTN, dos arts. 5º e 29 da Lei. 6.830/1980 e do art. 6º, §7º, da Lei 11.101/2005, arguindo-se a (im)possibilidade da prática de atos de diminuição patrimonial, em especial de penhora de bens e de alienação de bens penhorados em sede de execução fiscal, em face de empresa em recuperação judicial.

Passo a decidir.

A questão jurídica referente à **possibilidade da prática de atos constritivos, em face de empresa em recuperação judicial, em sede de execução fiscal** foi submetida à Primeira Seção, para ser julgada pela sistemática dos recursos repetitivos, tendo sido escolhidos os Recursos Especiais ns. 1.694.261/SP, 1.694.316/SP e 1.712.484/SP, de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, como representativos da controvérsia.

Assim, encontrando-se o tema afetado à sistemática dos repetitivos, esta Corte orienta que os recursos que tratam da mesma controvérsia devem aguardar o julgamento do paradigma representativo no Tribunal de origem, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelo art. 1.040 do CPC/2015.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes: EDcl no REsp 1.456.224/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 05/02/2016;

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

AgRg no AgRg no AREsp 552.103/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2014; AgRg no AREsp 153.829/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 23/5/2012. Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.588.019/GO, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 17/03/2016; REsp 1.533.443/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 17/03/2016.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que os recursos especiais deverão ser encaminhados para esta Corte, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas neles suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Registre-se que essa medida visa evitar, também, o desmembramento do apelo especial e, em consequência, eventual ofensa ao princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia e em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator